

Ata aprovada em reunião no dia 06 de dezembro de 2018

ATA - 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE

No dia 05 de setembro de 2018 (quarta-feira), às 09h00, teve início a 37ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce, no auditório da FIEMG – Avenida Brasil, nº 4000, Centro, em Governador Valadares/MG. Dando início à reunião, a Srta. Luciane Teixeira, presidente do CBH-Doce, deu as boas-vindas aos presentes, falou brevemente sobre os assuntos que serão discutidos e solicitou a inserção de ponto de pauta referente aos informes da diretoria. Após confirmar a existência de quórum, passou ao primeiro item de pauta e colocou a ata da reunião anterior em regime de votação, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, realizou os informes da diretoria com as últimas participações/ações realizadas pela diretoria, sendo: Oficinas para discutir a Metodologia para a Restauração Florestal, realizadas em Aimorés, Caratinga, Governador Valadares, Colatina e Mariana; Discussão sobre os impactos do barramento do rio Pequeno em Linhares/ES; Reunião Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) – Entre o CBH-Doce e Fundação Renova, reunião SINGREH - Alinhamento para Revisão do PIRH Doce e, por fim, reunião sobre as nascentes com a Aldeia Krenak. Prosseguindo, o Sr. Flávio Tröger, Superintendente Adjunto de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA, apresentou a proposta de revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos. As justificas para revisão do documento são: Fortalecimento do PIRH Doce como um instrumento robusto e orientador das ações afetas ao SINGREH na bacia; Necessidade de atualização do estado da arte sobre os recursos hídricos na bacia, com incorporação da realidade após o rompimento da barragem e de dados mais recentes sobre demandas hídricas; Integração de propostas de programas e ações para a bacia, atualmente dispersas em diferentes documentos; Priorização de ações de curto prazo e sob governabilidade do SINGREH; Detalhamento operacional das ações selecionadas, com vistas à maior efetividade na etapa de implementação e recomendações do TCU e resolução do CNRH para que a proposta de enquadramento seja elaborada junto com a revisão do PIRH. Os objetivos de contratação de empresa especializada são para apoiar: a realização de um balanço da implementação das ações previstas nos diferentes documentos já pactuados (ACT, PIRH, TTAC/TAC); a consolidação do estado da arte sobre os recursos hídricos da bacia; a elaboração da proposta de enquadramento; a atualização do Plano de Ações do PIRH Doce; a elaboração do Manual Operativo (MOP), com o detalhamento das ações e a estratégia para sua implementação. Em seguida, ele apresentou a proposta do manual operativo, bem como do monitoramento das ações. As próximas etapas são: Elaboração das Notas Técnicas – estado da arte (out/2018 – abr/2019); Elaboração do Termo de

Ata aprovada em reunião no dia 06 de dezembro de 2018

Referência (out/2018); Apresentação do TR e contribuições dos Comitês dos afluentes (nov-dez/2018); Aprovação no CBH Doce (dez/2018); Processo de contratação pelo IBIO AGB-Doce (jan-abr/2019); Revisão do PIRH Doce (mai/2019 – abr/2020). Como considerações finais, falou sobre a estrutura de governança colocada pela Lei nº 9.433/1997; A necessidade de considerar a aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos (relação MOP/PAP), dos órgãos gestores e da Fundação Renova; O processo deve prever a realização de oficinas de trabalho para reunir atores estratégicos e orientar a priorização das ações para a construção do MOP e o importante papel dos órgãos gestores, contribuindo na definição das diretrizes para gestão da Bacia, que terá como consequência regulatória do Plano e exequibilidade das ações. Com a palavra, a Sra. Flávia Herculano, do CBH Manhuaçu, solicitou que na elaboração desse termo de referência o comitê levasse em conta o último trabalho que está sendo finalizado, que são os mapas de áreas prioritárias, no qual foi feito um termo de cooperação técnica entre a Fundação Renova e universidades para a geração de 27 bolsas de mestrado e doutorado. Em seguida, o Sr. Luiz Cláudio questionou como está a discussão para o enquadramento dos rios dos comitês estaduais. A presidente respondeu que o objetivo é fazer a discussão conjunta entre os comitês. Como encaminhamento, foi definido que o CBH-Doce enviará um ofício para a Fundação Renova solicitando os estudos para poder subsidiar o termo de referência que será elaborado. Dando continuidade, o Sr. Fábio Cruz, presidente da CTGEC do CBH-Doce, com o auxílio do Sr. Breno Longobucco, da FEAM, iniciou apresentação sobre a Proposta de Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Explicou que o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos, do qual é coordenador, foi criado na reunião da CTGEC do dia 14/03, com o objetivo de elaborar uma proposta de sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos da bacia do rio Doce. O Grupo de Trabalho considerou em seus trabalhos as seguintes diretrizes: a) A necessidade de estabelecer arranjos municipais por meio de consórcios ao longo de toda a extensão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para consolidação do sistema proposto; b) Os consórcios municipais e as respectivas propostas executivas para implementação do sistema de gerenciamento de resíduos deverão contemplar claramente políticas de educação ambiental regionais que visem a otimização do gerenciamento dos resíduos e c) As propostas executivas dos consórcios deverão estabelecer estratégias operacionais para a organização de associações de catadores ou equivalentes, para atuação nos processos de triagem, tratamento e aproveitamento de resíduos passíveis de reciclagem, compostagem ou reutilização, bem como implementação do tratamento de resíduos

Ata aprovada em reunião no dia 06 de dezembro de 2018

71 orgânicos, preferencialmente para a recuperação energética; como estratégia de
72 redução dos resíduos a serem gerados. Informou que foram realizadas 9 reuniões do GT e
73 quais instituições fizeram parte do trabalho, dentre elas: FEAM, SECIR, Ministério Público,
74 Fórum de prefeitos, Fundação Renova, Univale, IFMG, etc. Ele falou sobre o alcance da
75 proposta: 350 municípios (228 – Bacia Doce, 122 – Externos), sendo 282 MG e 68 ES e os
76 resíduos sólidos urbanos – domiciliares, serviços de limpeza urbana, empreendimentos
77 comerciais, prestadores de serviço (Lei Federal nº 12.305/2010). Apresentou algumas
78 premissas ideológicas de gestão, informações da bacia e os critérios utilizados na
79 construção das propostas de arranjos/consorciamento, que são: Identificação das
80 alternativas tecnológicas implantadas ou em operação pelas organizações públicas e
81 privadas e estimativas da capacidade desses empreendimentos para atendimento no
82 âmbito regional; Identificação da conformação de consórcios intermunicipais já
83 existentes; Identificação de alternativas econômico-financeiras potencialmente
84 disponíveis que poderão ser utilizadas pelos municípios para otimização da infraestrutura
85 e da gestão de resíduos sólidos na bacia hidrográfica; Estudo da potencialidade para
86 otimização de alternativas para segregação, coleta e destinação das várias frações dos
87 RSU gerados na bacia hidrográfica em atendimento à Política Nacional de Resíduos
88 Sólidos e considerar os planejamentos municipais e outros no âmbito da Bacia
89 Hidrográfica do Rio Doce e seus afluentes. Como estratégia para interlocução de
90 dirigentes municipais, foram utilizadas: Instituições MG/ES legitimadas para mediar as
91 negociações no processo de consorciamento; efetivamente já há ganhos e aporte de
92 recursos aos consórcios da bacia por meio de pleitos, junto ao CIF; Dirigentes municipais
93 por conhecerem as realidades locais de colaboração com outros municípios podem
94 colaborar com as proposições de consorciamento. Ao final, apresentou os mapas com
95 as propostas de consorciamento para todos os municípios da bacia. Os conselheiros
96 parabenizaram a proposta e a presidente colocou a deliberação *ad referendum* em
97 regime de votação, que foi referendada por unanimidade. Em seguida, a plenária
98 autorizou a inversão dos itens 5 e 6 da pauta. Dessa forma, foi iniciada a discussão sobre
99 o Processo Eleitoral Complementar para o preenchimento das vagas em aberto no CBH-
100 Doce - Mandato 2017/2021. A Sra. Juliana Vilela, Analista Administrativo do IBIO, explicou
101 que o CBH-Doce possui regimentalmente 60 vagas para membros titulares e 60 suplentes,
102 sendo que atualmente existem 45 (quarenta e cinco) vagas disponíveis. As vagas
103 referem-se aos representantes titulares e suplentes dos Municípios, dos Usuários, das
104 Organizações Cívicas do Plenário do CBH-Doce, levando-se em consideração a
105 composição prevista nos incisos III, IV, V, VI do art. 5º do seu Regimento Interno. Ela

Ata aprovada em reunião no dia 06 de dezembro de 2018

explicou que foram enviados ofícios às instituições listadas a seguir, que já somam (considerando titular e suplente) duas faltas consecutivas ou três alternadas no comitê: 1. FUNAI, 2. Prefeitura de Itarana, 3. Pref. Entre Folhas/Alto Caparaó, 4. SAAE Governador Valadares, 5. SAAE Viçosa, 6. UHE Mascarenhas (Energest), 7. Sociedade Espiritosantense de Engenheiros Agrônomos, 8. ISAS/Inst. Ambiental Vale e 9. SINDÁGUA/FETAEMG, sendo que somente a Prefeitura de Entre Folhas e UHE Mascarenhas justificaram as ausências. O plenário decidiu excluir as entidades que atingiram o número limite de faltas previsto em regimento: Prefeitura de Itarana – titular; SAAE de Viçosa – titular; Sociedade Espiritosantense de Engenheiros Agrônomos – titular; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviço de Esgoto do Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA) – titular; Federação dos trabalhadores na agricultura no Estado de Minas Gerais (FETAEMG) – suplente, assim a quantidade de vagas em aberto aumentou para 50 (cinquenta). A publicação do edital e início da mobilização será no dia 06/09/2018. O prazo para as inscrições será entre os dias 13/09/2018 e 01/10/2018. A divulgação dos habilitados será dia 11/10/2018, a impugnação e recursos até dia 19/10/2018. Divulgação final dos habilitados em 01/11/2018 e plenárias Eleitorais: Minas Gerais 20/11/2018 e Espírito Santo 21/11/2018. Foi realizada uma pausa para o almoço. Retornando, a Srta. Gabriela Soares, Analista de Geoprocessamento do IBIO e a Sra. Cynthia Andrade, Analista de Programas e Projetos do IBIO, iniciaram os informes sobre o Programa Rio Vivo, que contempla os programas: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APP e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural. Ao todo serão contemplados 6.400 imóveis em 54 municípios, sendo 13 na bacia do rio Piranga (120 imóveis por município), 20 na bacia do rio Piracicaba (150 imóveis por município), 13 na bacia do rio Santo Antônio (100 imóveis por município), e 9 na bacia do rio Suaçuí (60 imóveis por município). Já foi elaborado o Plano de Trabalho e realizadas reuniões iniciais com as prefeituras, além da conferência das coordenadas dos pontos de captação dos municípios, formação da UGP (Unidade Gestora de Projeto) do município, confirmação da priorização das microbacias com a UGP e validação final das microbacias de atuação, nos produtos 1 e 2. No produto 3, foram realizadas as discussões sobre a Mobilização Social e Educação Ambiental, reuniões com os CBHs e UGP e definição dos materiais de divulgação. As atividades dos produtos 4.1, 4.2 e 5 contemplaram a seleção dos imóveis rurais em cada município, a assinatura dos termos de adesão e coleta de documentos, ficha de diagnóstico por imóvel, o 1º encontro com os representantes dos imóveis rurais, reuniões com as UGP, transferências de cotas, buscas de novas

Ata aprovada em reunião no dia 06 de dezembro de 2018

microbacias, compilação das informações, realização do CAR e o 2º encontro com os representante dos imóveis rurais. Por fim, informou os desafios, dificuldades e lições que existem nas atividades de campo, no conteúdo técnico, na fiscalização, validação e gestão dos contratos. Prosseguindo, a Sra. Juliana Vilela informou sobre a necessidade de aplicação do questionário de avaliação do IBIO, uma das metas do contrato de gestão entre a ANA e IBIO, que foi distribuído aos conselheiros e deverá ser respondido e entregue aos representantes da agência até o final da reunião. Em seguida, o Sr. Felipe Drummond, da Fundação Renova, apresentou as Microbacias prioritárias para a recuperação de nascentes no ano 3. Ele informou que foi realizado um estudo piloto na microbacia do Rio Iriri-Timirim, tendo sido utilizada a seguinte metodologia: Delimitação do terço superior da Microbacia, hierarquização dos cursos d'água do terço superior, delimitação das microbacias dos contribuintes de cabeceira, definição da área de Restauração(R), Não Restauração (NR) e de Fragmentos Florestais (Ff), cálculo das áreas de Restauração por Microbacia de cabeceira, cálculo das áreas de Restauração por APP hídrica (APPH) e priorização das microbacias de cabeceira para mobilização. Por fim, apresentou os mapas referentes à cada método utilizado. Dando continuidade, foi discutida a indicação de suplente para o Conselho Curador da Fundação Renova. Como encaminhamento, foi definido que será feita consulta ao conselheiro Celeste Stoco, que já havia manifestado interesse anteriormente, a fim de que ele informe sobre interesse de participar e enquadramento às exigências previstas para ocupação do cargo. Além disso, com relação ao Conselho Consultivo da Fundação Renova, foi definido que para representar o Comitê no Conselho Consultivo o indicado deve, obrigatoriamente, pertencer ao CBH-Doce ou a um comitê de rio afluente. Em seguida, o Sr. Ricardo Valory, Diretor geral do IBIO, iniciou sua fala sobre a reestruturação da agência. Atualmente, a situação de inadimplência do Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), motivada pelo contingenciamento dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de água por parte do Governo do Estado de Minas Gerais resulta em um déficit contratual de R\$56.760.034,43, desconsideradas as perdas financeiras pela falta de atualização monetária de tais recursos. A situação gerada pela inadimplência pode ser seriamente agravada por uma interpretação da legislação de recursos hídricos, por parte da SEMAD/MG, referente à possibilidade de custeio das despesas dos Comitês de Bacias com reuniões e eventos utilizando os recursos da cobrança pelo uso da água. Desde o início do Contrato de Gestão, havia o entendimento de que estas atividades, constantes do Programa P.61.2 do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce, podem ser custeadas pelos recursos de aplicação (92,5%). Entretanto, em recente

Ata aprovada em reunião no dia 06 de dezembro de 2018

análise, a Diretoria de Contabilidade e Finanças do órgão estadual constata que tais gastos, com reuniões e eventos, devem ser enquadrados nas despesas de 7,5%. Caso seja confirmado, esta nova interpretação corresponderá a uma redução de aproximadamente R\$500 mil do caixa do custeio da ED/EQ, piorando sensivelmente as condições atuais de sustentabilidade. Desta forma, prezando pela transparência e responsabilidade pelos direitos de seus colaboradores, o IBIO vem informar que não teve alternativa senão ajustar sua estrutura às condições orçamentárias. Nesse contexto, a organização rescindiu o contrato de trabalho de 08 de seus funcionários, sendo 03 em maio/18 e 05 neste mês de setembro de 2018. Essas ações afetam a capacidade operacional da ED/EQ e tem impacto significativo nas atividades previstas pelo Contrato de Gestão. O IBIO manterá o suporte às atividades do Processo Eleitoral Complementar do CBH-Doce e honrará todos os contratos em vigência, mesmo que diante da falta de condições operacionais pelo represamento dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, cujos repasses e respectivos prazos encontram-se em desacordo com o Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2017. Foi criado um grupo para discutir o planejamento das atividades para o resto do ano. Sobre os comitês capixabas da bacia, o Sr. Alberto Pêgo, presidente da AGERH, disse que o IBIO não deveria suspender o atendimento, solicitando que a ANA se pronuncie sobre o tema. Disse ainda que a agência estadual de recursos hídricos tem executado tarefas de secretaria executiva, o que está ajudando a aliviar as demandas do IBIO. Por fim, foram feitos os informes sobre a participação do CBH-Doce no CIF e Fundação Renova. Sem mais assuntos em pauta, a reunião foi encerrada às 17h.



LUCIANE TEIXEIRA MARTINS
Presidente do CBH-Doce



JOÃO LAGES NETO
Secretário Executivo do CBH-Doce